

Em outras palavras, a Comissão Especial, ao emitir Relatório, que foi aceito pela Comissão Permanente, julgou apta a da proposta de preço da ora recorrente, sobretudo através de critérios objetivos, respeitando-se, assim, o art. 3º da Lei 8.666/93.

Outro fundamento adotado na decisão de revogação, e que merece objeto de nossa atenção recursal, foi o seguinte:

É obrigação desta Gestão, através da presente contratação, prestar um serviço de alimentação (prato feito) de qualidade e a um preço justo à Comunidade Acadêmica da UFVJM, composta em sua maioria por alunos carentes de uma das regiões mais pobres do Brasil, obrigação esta que se evidencia comprometida quanto à qualidade em relação às duas primeiras propostas e quanto ao preço justo em relação à terceira colocada

Não resta a menor dúvida que toda a Comunidade MERECE uma alimentação saudável, de qualidade e a preço justo, motivo pelo qual a UFVJM exigiu de seus participantes, no Edital, a demonstração de diversos documentos para comprovar não somente as habilitações jurídicas, financeiras, fiscal e trabalhistas, mas também a técnica, consistente em Atestados de Capacidade que comprovam o satisfatório atendimento correto e regular de objeto similar ao certame em questão. **E tudo isso foi demonstrado pela Recorrente e aceito pela Douta Comissão Permanente de Licitação.**

O que não procede é a utilização de pesos e medidas diversos (**ferindo o Princípio da Isonomia**) para abordar a revogação, como foi feito ao afirmar, sem qualquer prova, que o produto Prato Feito a ser oferecido pela ora Recorrente possui qualidade comprometida e, quanto a terceira colocada, teria um preço justo.

Ora, a licitação na modalidade Pregão destina-se a escolha da proposta que apresente menor preço² e, quanto à habilitação, ateste sua regularidade nos exatos termos que vier a serem exigidos no edital (arts. 27 a 33 da Lei 8.666/93 e art. Art. 3º, I da Lei 10.520/02).

Isto é, afirmar que o preço da terceira colocada é justo e que a qualidade do produto desta Recorrente evidencia má qualidade é tanto quanto arbitrário, ultrapassando a esfera da vinculação. **Não se mede qualidade e preço justo SOMENTE PELO PREÇO.**

Qualidade deve ser atestada por diversos critérios objetivos, **aos exemplos: o sabor, tempo de**

princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

² Art. 4º, X da Lei 10.520/02;